

A educação brasileira vive seu pior momento

10 FEV 1967
JORNAL DA TARDE

Ao contrário do que se esperava, as atividades letivas da rede escolar privada de 1º e 2º graus estão começando num clima de muita tranquilidade. Até o momento não houve, em todo o País, qualquer incidente entre seus administradores e as autoridades educacionais de Brasília. É que, como resposta à decisão do governo federal de estender o reajuste dos preços a todos os setores da economia, os proprietários dos estabelecimentos particulares de ensino decidiram esperar sua vez de serem ouvidos pelo ministro da Fazenda, na esperança de poder ter com ele o diálogo que lhes foi negado pelo ministro da Educação.

Felizmente, pois ambas as partes tiveram a sensibilidade e o bom senso de evitar uma confrontação aberta, cujas consequências seriam desastrosas para o futuro do País. Pelo menos por enquanto, está afastado o perigo de uma implosão total da rede escolar privada, a qual detém o que ainda resta de satisfatório (ou de menos insatisfatório), em matéria de ensino básico, tal o estado de deterioração e degradação da rede oficial. É de se esperar que, a partir de agora, as autoridades do MEC recuperem a razão, passando a se preocupar apenas em cumprir de maneira eficaz as funções determinadas pela Constituição e deixando de interferir naquilo que não lhes diz respeito — como é o caso da "administração" das mensalidades dos colégios particulares.

Aliás, se a educação brasileira hoje vai mal, vivendo o pior momento de sua história, isso decorre, justamente, da excessiva "administração" e regulação das atividades escolares por parte do MEC. Intrmetendo-se nos menores detalhes, suas autoridades revelam-se incompetentes no que é mais importante. E não é apenas o ensino de 1º e 2º graus que sofre as consequências dessa obsessão intervencionista: do pré-primário à pós-graduação, bem como da alfabetização ao ensino profissionalizante, todos os demais setores, sem exceção, amargam os mesmos problemas. Centralizando todas as decisões, valendo-se de critérios muito mais políticos do que técnicos, e impondo ao País projetos tão ambiciosos quão irrealistas, essas autoridades conseguiram forjar um sistema escolar sui generis.

Ou seja: em vez de formar alunos, ele os deforma; em vez de ensinar o corpo discente, ele os desinforma; e em vez de dar às novas gerações um treinamento intelectual e um preparo cultural mínimo, ele as condena ao obscurantismo e à indigência. Incompetente e improdutivo, esse sistema vem fracassando completamente na sua função mais importante: a de preparar elites capazes de transformar o Brasil numa nação moderna e desenvolvida.

O empobrecimento cultural de nossas novas gerações, resultante desse sistema de ensino degradado e desvirtuado, é hoje um fenômeno dramático, cujas consequências mais visíveis têm sido registradas pelos resultados dos vestibulares — um tipo de exame que se constitui num excelente termômetro para se avaliar a tragédia educacional no âmbito do ensino de 1º e 2º graus. A cada ano, o desempenho médio dos candidatos vem caindo em níveis assustadores. Dos sete mil vestibulandos aprovados para a segunda fase na área de Ciências Exatas na UFMG, por exemplo, 951 tiveram zero em matemática. Na Unicamp, 37% dos candidatos da primeira fase erraram todas as questões de matemática e química. Nos vestibulares unificados do Rio de Janeiro, mais de dois terços dos candidatos na área de saúde tiraram zero em biologia, enquanto 90% dos vestibulandos na área de tecnologia não foram capazes de obter um único ponto em matemática. Na UnB, 74 candidatos foram eliminados por terem sido considerados semi-analfabetos. E, o mais grave, como reconheceu o próprio secretário-geral do MEC, é que quase metade das questões formuladas nos vestibulares deste ano referia-se, justamente, a programas do ensino de 1º grau.

Esses dados revelam a extensão da crise educacional brasileira — uma crise que começou no final dos anos 60, quando os governos militares decidiram relegar a segundo plano toda e qualquer preocupação com a qualidade do ensino, preocupando-se apenas em aumentar a quantidade de vagas nas universidades brasileiras. Pressionadas pelo problema dos "excedentes", as autoridades da época decidiram cultivar o apelo e a simpatia dos vestibulandos criando cursos baratos, que exigiam pouco esforço intelectual e ofereciam diplomas até mesmo para alunos incapazes de ler e entender um texto simples. Como os "bacharéis" formados por essas "fábricas de ilusões" não dispunham de condições culturais e técnicas para disputar algum emprego no mercado de trabalho, os governantes passaram a "reconhecer" oficialmente profissões como "comunicação social", "relações públicas" e "ciências sociais", não apenas concedendo um salário mínimo profissional a esses "especialistas", mas, igualmente, fixando-lhes uma reserva de mercado.

A partir daí, esse tratamento massificador e corporativista dispensado pelos governos revolucionários à educação superior vem erodindo todas as instâncias de nosso sistema educacional — principalmente o ensino básico. Explorando com habilidade os interesses políticos dos ocupantes do MEC, as instituições universitárias tornaram-se grandes sorvedoras de recursos vultosos, sem que isso tenha contribuído para a melhoria do ensino de 3º grau. Pelo contrário, a disputa por esses recursos no âmbito dessas instituições abriu caminho para um perigoso processo de sindicalização e ideologização de professores e funcionários, todos interessados em melhorar o nível de seus vencimentos e em defender teses "participacionistas", substituindo os princípios do mérito e da competência acadêmica por uma pretensa igualdade funcional.

Na medida em que o ensino superior se tornou custoso e ineficaz, ele gerou um processo em cadeia que comprometeu mortalmente a própria educação básica. Sem recursos suficientes até mesmo para a manutenção de suas instalações físicas, a rede pública de 1º e 2º graus deteriorou-se de modo impressionante. Tanto que algumas escolas não passam, hoje, de um monte de escombros. E seu corpo docente, oriundo de uma Universidade degradada, com uma formação medíocre e comprometida por vícios ideológicos, passou a ministrar um ensino de péssima qualidade e bastante tendencioso, cujo nível pode ser avaliado pelos pífios resultados dos exames vestibulares.

Sem uma política educacional coerente e voltada à solução dessa crise, e sem coragem e disposição política para concentrar sua atenção e seus recursos no ensino básico e profissionalizante, os dirigentes da Nova República no campo educacional continuam agindo como no regime anterior. Ou seja: decidindo por decreto, confundindo autoridade com autoritarismo e intrmetendo-se naquilo que não lhes diz respeito, omitindo-se por completo no cumprimento de suas funções básicas. A guerra contra os estabelecimentos particulares, por causa do congelamento demagógico das mensalidades escolares, é uma prova insofismável dessa inversão de valores e fins no âmbito da administração pública — inversão essa cujo preço pode ser a condenação de gerações inteiras de brasileiros a uma nova idade das trevas.